

FACULDADE LABORO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

**EDSON ALVES GOMES**  
**JOERBERTH DA SILVA**

**A DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DA REFORMA DO  
ENSINO MÉDIO**

São Luís  
2017

**EDSON ALVES GOMES**  
**JOERBERTH DA SILVA**

**A DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DA REFORMA DO ENSINO  
MÉDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão e Docência do Ensino Superior, da Faculdade Laboro, para obtenção do título de Especialista.

**Orientador(a):** Prof(a). Leonor Viana de Oliveira Ribeiro

São Luís  
2017

Gomes,Edson Alves

A disciplina educação física no contexto da reforma do ensino médio/ Edson Alves Gomes; Joerberth da Silva-. São Luís,2017.

Impresso por computador (fotocópia)

18 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão e Docência do Ensino Superior) Faculdade LABORO. -. 2017.

Orientadora: Profa.Ma. Leonor Viana de Oliveira Ribeiro

1. Educação Física. 2. Reforma do Ensino Médio. 3. Base Nacional Curricular Comum. I. Título.

CDU: 796.4

**EDSON ALVES GOMES**  
**JOERBERTH DA SILVA**

**A DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DA REFORMA DO ENSINO  
MÉDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Especialização em Gestão e Docência do  
Ensino Superior, da Faculdade Laboro, para obtenção  
do título de Especialista.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Leonor Viana de Oliveira Ribeiro  
Mestre em História Ensino e Narrativas - UEMA

---

1º Examinador

---

2º Examinador

## A DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

**EDSON ALVES GOMES<sup>1</sup>**

**JOERBERTH DA SILVA<sup>2</sup>**

### RESUMO

Este artigo discorre sobre a “*A Disciplina Educação Física no Contexto da Reforma do Ensino Médio*”. Cabe salientar que esta temática vem sendo muito discutida por todos os membros da comunidade escolar e pela sociedade em geral. A pesquisa tem como objetivo analisar a disciplina Educação Física no contexto da Reforma do Ensino Médio. A metodologia utilizada para realização dessa pesquisa tem característica descritiva, qualitativa, do tipo documental, onde por sua vez, há uma apreciação das fontes documentais, especialmente no que diz respeito à Medida Provisória nº 746/2016 quanto à Reforma do Ensino Médio que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Conclui-se que, a disciplina Educação Física continua obrigatória, mas dependerá única e exclusivamente da Base Nacional Comum Curricular, uma vez que, no novo modelo de ensino, somente será obrigatória na primeira metade do curso e na outra, o aluno só irá cursar a disciplina se a mesma estiver dentro da especialização de sua escolha.

**Palavras-chave:** Educação Física. Reforma do Ensino Médio. Base Nacional Curricular Comum.

### PHYSICAL EDUCATION DISCIPLINE IN THE CONTEXT OF THE REFORM OF HIGH SCHOOL

#### ABSTRACT

This article discusses the "physical education discipline in the context of the reform of high school". It's up to point out that this issue has been much discussed by all school community members and by society in General. The research aims to analyze the

---

<sup>1</sup>Especialização em Gestão e Docência do Ensino Superior pela Faculdade Laboro, 2017.

<sup>2</sup>Especialização em Gestão e Docência do Ensino Superior pela Faculdade Laboro, 2017.

physical education discipline in the context of the reform of the high school. The methodology used to conduct this research is descriptive, qualitative feature, documentary-type, where by your time, there is an appreciation of the documentary sources, especially with regard to provisional measure 746/2016 regarding the reform of high school changes to guidelines and Foundations of education. It is concluded that the discipline physical education remains mandatory, but will depend entirely on Common National Curriculum Base, since, in the new model of teaching, will only be mandatory in the first half of the course and the other, the student will only attend if the same discipline is within the specialization of your choice.

**Keywords:** Physical Education. High school reform. National Common Curriculum Base.

## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil está vivenciando uma crise de valores no que se referem à praticamente todas as esferas e ou instancias, que por sua vez, acabam de certa forma ameaçando o futuro e ou ainda o desenvolvimento do país.

Com tantas dificuldades que o Brasil e, sobretudo o contexto educacional vem passando no que tange à novos conceitos e ou atitudes no que se refere à reforma do ensino médio, neste estudo enfatizaremos à disciplina Educação Física na atual reforma, que com a aprovação da medida provisória nº 746/2016, vem propor uma mudança quanto a estrutura organizacional e curricular do ensino médio. Dessa forma, faz-se necessário dizer que, estamos diante de uma nova proposta educacional, que vem nortear a importância de se refletir quanto às práticas pedagógicas da disciplina Educação Física no que condiz ao contexto do ensino médio.

Diante desse contexto, estamos vivenciando um cenário de mudanças quanto ao âmbito político, social, educacional, assim sendo, é importante relatar que, a reformulação do ensino médio, vem instituir a política de fomento à implementação de escola de ensino médio em tempo integral, e também dará os estados mais autonomia para criar seus próprios currículos, ou seja, autonomia aos sistemas de ensino para definir a organização das áreas de conhecimento, as competências, habilidades e expectativas de aprendizagem definidas na Base Nacional Comum Curricular.

Desse modo, podemos dizer que, o contexto atual será composto por diversos desafios, uma vez que, o desenvolvimento da disciplina Educação Física

durante os três anos do Ensino Médio dependerá única e exclusivamente da Base Nacional Comum Curricular. Vale dizer ainda que, é por meio das práticas esportivas ou práticas de atividades físicas que os alunos aprendem a criar valores e habilidades que serão necessários para a vida em sociedade. Entretanto, a disciplina Educação Física deve ser considerada como uma área do conhecimento, que possui particularidades e objetivos que a possibilita ser uma disciplina respeitável tal qual as demais inseridas no contexto escolar.

Assim sendo, essa pesquisa é de suma importância, pois tem como objetivo analisar a disciplina Educação Física no contexto da Reforma do Ensino Médio, cabe dizer que, essa temática vem sendo muito discutida na sociedade Brasileira, portanto, este estudo justifica-se devido à necessidade e importância da Educação Física ser tratada realmente como uma disciplina comprometida com o processo de ensino e aprendizagem, bem como, mostrar o porquê de sua obrigatoriedade, pois esta se faz imprescindível e de extrema relevância para a formação integral do aluno, seja nos aspectos físicos, cognitivos, sociais e emocionais.

Esta pesquisa está fundamentada nos estudos de autores como Martins (2000); Domingues, Toschi e Oliveira (2000); Mitrulis (2002); Maia e Lima (2010); Guimarães (2001), uma vez que estes autores nos levam a refletir sobre o contexto educacional atual, bem como sobre o discurso e ou ainda no que se refere às práticas pedagógicas dos profissionais da educação.

A pesquisa está estruturada em seções onde, inicialmente faz-se um breve histórico do Ensino Médio no Brasil e o início da Educação Física no currículo escolar, logo após, debate-se sobre a Base Nacional Comum Curricular e a Nova Reforma do ensino médio, posteriormente, sobre o contexto da disciplina Educação Física na atual reforma e em seguida descreve-se as considerações finais.

## **2. BREVE HISTÓRICO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL E O INÍCIO DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA NO CURRÍCULO ESCOLAR**

No Brasil, o ensino médio teve um crescimento constante, quanto ao número de matriculados. Entre 1987 e 1997 o número de alunos dobrou, passando de 3,2 milhões para 6,4 milhões. Portanto, este crescimento é devido a maior exigência do

mercado de trabalho, uma vez que, sem este nível de ensino fica mais difícil conseguir emprego, e a melhoria ainda que em escala reduzida, do sistema público Brasileiro (Folha de São Paulo, 1998).

O Ensino no Brasil foi historicamente ligado a Reforma Educacional Pombalina ocorrida durante o governo do Marquês de Pombal. O ensino passou a ser dever do Estado, no começo do século XIX quase não havia educação formal no Brasil, devido a esse fato vários estabelecimentos de ensino secundário fechados, (o que hoje podemos chamar de ensino médio), podemos dizer que não chegava aos vinte estabelecimentos, e o fechamento implicou em afetar as classes dominantes da época.

Mais tarde, mais um fato veio modificar esse cenário com a chegada da família portuguesa, já fugida de Portugal, com a chegada da corte veio a preocupação com a formação das elites. Vale ressaltar que, há muito a se questionar sobre a Educação ao longo da história do nosso país, durante a escravidão, e durante o império, quase não havia lugar para Educação, e a função primordial do ensino secundário (ensino médio), era preparar o indivíduo para ingressar nos cursos de nível (superior público). Relata-se ainda que, o Ensino Médio se estrutura como curso de estudos regulares isso com a reforma de Gustavo Capanema, em 1942, então surgiu os cursos colegiais científico e clássico, com a duração de três anos.

Sancionada em dezembro de 1961, a Lei nº 4.024 ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu título VII, referente à educação de grau médio, diz no Art. 33 que “a educação de grau médio, em prosseguimento a ministração na escola primária, destina-se à formação de adolescentes.” No Art. 34 coloca no mesmo plano de igualdade o curso secundarista, os cursos técnicos e os pedagógicos. Também vale destacar que existem outras leis que regem as diretrizes da educação no Brasil, onde por sua vez, a LDB nº 4024/61 foi a primeira, e a segunda LDB nº 9.394/1996.

Em 1998 foi aprovada a resolução CEB nº 3 de 26/06/98, instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e, em seguida no ano de 1999 o Ministério da Educação divulga os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, porém, com uma nova versão mais elaborada de conceitos e princípios políticos e pedagógicos que anteriormente apareciam em documentos preliminares do ministério e na resolução CEB Nº03/98(MARTINS, 2000, p. 75).



No entanto podemos perceber que através dessa mudança, a união impõe além de um currículo nacional para o ensino médio, a responsabilidade com relação ao esse nível de ensino, que anteriormente era de responsabilidade do Estado. É oportuno ressaltar que a definição de parâmetros curriculares detalhados "demonstra uma grande intervenção federal na implementação do currículo, função antes destinada as secretarias municipais e estaduais de educação, em especial a partir da redemocratização do país, nos anos 80" (MARTINS, 2000, p. 75).

No século XIX houve no Brasil, manifestações relacionadas à Educação Física, onde os primeiros vínculos se referiram às instituições militares e à classe média, sendo conduzidos para caminhos higienistas, que visavam à melhoria da condição de saúde e de higiene da população brasileira, que por sua vez, fomentavam a educação do corpo e por consequência objetivar um corpo menos propicio a adquirir doenças.

Entretanto, no século XX, a Educação Física, sob o título de ginástica, foi incluída nos currículos escolares. Cabe dizer que, nessa época a Educação Física seguia os moldes europeus, o alemão, sueco e francês baseados em princípios biológicos e que estavam inseridos num movimento mais amplo, de natureza política, cultural, e científica, denominado de Movimento Ginástico Europeu.

No entanto, é importante salientar que, quando a disciplina Educação Física foi inserida no currículo escolar, era tida apenas como um momento para a prática da ginástica, objetivando assim, deixar o corpo saudável. Porém, mais tarde após muitas reformas no contexto de Educação Física, hoje ela se apresenta como uma disciplina complexa que possui suas próprias especificidades e se inter-relacionar com os outros componentes curriculares. Diante disso, ressalta-se que a Educação Física é constituída de três blocos que são Jogos e Brincadeiras, Ginásticas, Esportes e Lutas, atividades rítmicas e expressivas, e ainda conhecimentos sobre o corpo, onde por sua vez, estes conteúdos se relacionam entre si e podem ou não ser trabalhadas em uma mesma aula.

### **3. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULARE A NOVA REFORMA DO ENSINO MÉDIO**

No ano de 2010 teve início a Reforma do Ensino Médio com a discussão da reformulação e ou atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, homologadas pelo MEC em 1998. Portanto, essas novas diretrizes foram homologadas pelo MEC, em 2012. É importante ressaltar que uma das recomendações citadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, dirigida ao MEC, era para que fosse construída a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reforçando a recomendação já existente nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

O MEC encaminhou ao Conselho Nacional de Educação (CNE), o que poderíamos chamar de uma segunda versão da Base Nacional Comum Curricular, assim sendo, a proposta de reforma foi adiada em 2013 com a criação de uma Comissão Especial da Câmara Federal em Brasília para a então reformulação o ensino médio.

Contudo, faz-se necessário dizer que, durante a criação dessa comissão houve uma inviabilização da reforma em questão, para que assim, pudessem introduzir uma reforma que facilitasse a gestão de governantes sejam das esferas estes estaduais e ou municipais no que tange o descompromisso com toda a sociedade escola, bem como pais e ainda a sociedade em geral.

De acordo com a proposta do Ministério da Educação para o ensino médio, a sociedade está sendo induzida a acreditar que as escolas ofertarão vários itinerários formativos e que a partir de então os alunos poderão opinar pelo que for mais conveniente no que se refere ao seu futuro.

Cabe relatar que, a ementa institui a política de fomento à implantação de escolas de ensino médio em tempo integral, altera a lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação, e dá outras providências.

A medida provisória altera ainda o artigo nº 26 da LDB nº 9.396/96 que define os componentes curriculares obrigatórios da educação básica, composto pelas etapas da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Todas as formas de expressões lúdicas perdem espaço com essa medida provisória. Contrariando até mesmo a Constituição Federal, em seu artigo 208, em que se estabelece o dever do

Estado para com a Educação, determina-se a sua garantia por meio do acesso aos “níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística”.

A proposta da reforma do ensino médio vem propor a divisão do conhecimento escolar em áreas, sejam estes relacionados ao campo técnico científico ou no âmbito do cotidiano da vida social. Dessa forma, baseando-se na LDB nº 9.394/96, a construção do currículo terá uma base curricular comum e a partir de então deve ser contemplada em cada sistema de ensino, bem como, estabelecimentos escolares.

Vale ressaltar, que a Base Nacional Comum Curricular é um documento que visa nortear o que é ensinado nas escolas do Brasil sejam estas da rede pública ou rede privada de ensino, e por sua vez, englobaram todas as fases da educação básica, sendo da Educação Infantil ao final do Ensino Médio. Entretanto, a Base Nacional Comum Curricular é um mecanismo que vem a orientar a elaboração do currículo específico de cada escola, sem desconsiderar as particularidades metodológicas, sociais e regionais de cada uma. Diante disso, subtende-se que a Base Nacional Comum Curricular estabelece os objetivos de aprendizagem que se quer alcançar, por meio da definição de competências e habilidades essenciais, enquanto o currículo irá determinar como esses objetivos deverão ser alcançados, traçando assim estratégias pedagógicas mais adequadas.

Relata-se ainda que, mesmo considerando uma Base Nacional Comum de 2.400 horas, como é atualmente, e comparando com as 4.200 horas quando atingirem a escola integral de sete horas diárias, ainda restaria 1.800 horas para optar por disciplinas que podem configurar itinerários formativos.

Dessa forma, o resultado da proposta do MEC é que ignora a reforma do ensino médio e da Base Nacional Comum Curricular que vinha acontecendo, sem considerar todas as discussões com a sociedade para impor propostas não discutidas de interesse específico de dirigentes da educação.

Faz-se oportuno relatar que, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio (Brasil, 1998), diz que é um exemplo, ao propor a reforma do ensino médio, procurando atender às necessidades postas por um cenário denso de mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais de âmbito mundial.

Entretanto, com relação ao Ensino Médio, que até então não fazia parte da Educação Básica, com a LDB nº 9.394/96, passa a ser inserido na Educação Básica, como este sendo, a última etapa da educação básica, ou seja, o Ensino Médio passa a ser também obrigação do governo do Estado, garantindo que todos tenham direito ao mesmo.

Em seu artigo 1º, a LDB nº 9394/96 deixa bem explícito que a Educação escolar deverá estar vinculada ao mundo do trabalho e à prática social, bem como também, uma formação para o convívio social. Diante desse fato, é determinante dizer que não existe mais uma dissociação entre a preparação para o trabalho e a formação geral do educando, portanto, a preparação deve abranger conteúdos tanto para o mundo profissional, com futuras habilitações acadêmicas, como aqueles que são relevantes para adquirir uma habilitação profissional técnica, por meio de cursos técnicos.

### **3.1 A DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA NA ATUAL REFORMA**

Ao longo dos anos a Educação Física vem sofrendo uma série de mudanças, especialmente no que se refere às diferentes concepções, objetivos ou denominações, porém, sempre está presente na vida do homem, onde por sua vez, a Educação Física pode contribuir para a formação dos alunos tanto o integrando de forma mais consciente de seu papel na sociedade através da realização e análise da cultura corporal do movimento quanto o conscientizando dos benefícios da prática de exercícios físicos para uma melhor qualidade de vida.

Para Guimarães *et. al.* (2001, p. 16) “a Educação Física, como qualquer outra disciplina, tem responsabilidade na concretização do processo de formação e desenvolvimento de valores e atitudes”. Assim, a Educação Física é uma disciplina de extrema importância para o desenvolvimento de capacidades e habilidades dos alunos tal qual tem grande influência na formação de um aluno integral, onde por sua vez, os alunos aprendem regras e valores que facilitam as relações intra e interpessoais.

Segundo o artigo 26º parágrafo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96a Educação Física encontra-se inserida à proposta pedagógica

escolar, bem como, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se assim, de acordo com a faixa etária dos alunos, sendo facultada para o turno noturno. Entretanto, vale dizer que sua redação já foi modificada por duas vezes, e acordo com a lei vigente, LDB nº 10.793/2003 no que tange o ensino da Educação Física no ensino noturno, o caráter facultativo deixou de ser da escola, assim esta deve oferecer a disciplina e passou a ser dos alunos que se enquadrem nos critérios estabelecidos sendo sua prática facultativa aos alunos que: “ cumpram jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; maior de trinta anos de idade; que esteja prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, esteja obrigado à prática de Educação Física; mulheres que tenham prole”.

Segundo Maia e Lima (2010, p. 13)

*[...] A disciplina Educação Física que ao fazer parte de um todo (universo escolar), também deve ser ofertada a todos de forma satisfatória, contribuindo para o desenvolvimento na totalidade humana (nas dimensões motoras, afetivas, cognitivas e sociais), inclusive preparando para o exercício da cidadania.*

De acordo com o texto supracitado pelos autores, por meio das aulas de Educação Física o professor consegue inserir o aluno no meio social, através de atividades que contribuam para o desenvolvimento das capacidades e habilidades tal qual a formação do cidadão. Vale ressaltar ainda que, a Educação Física deve ser entendida a partir de uma visão muito mais ampla que apenas o gesto motor tal qual como desenvolver raciocínio, concentração, relaxar o corpo e desenvolver habilidades mentais, trazendo com isso benefícios a saúde, bem como qualidade de vida.

Segundo a Medida Provisória nº 746/2016, que resultou em diversas manifestações no Brasil, e que por sua vez, após várias discussões na sociedade, a medida provisória aprovada determina que a Base Nacional Comum Curricular, mantenha a disciplina Educação Física como componente obrigatório da Educação Básica. Vale dizer ainda que, é indispensável à sociedade estar junta em prol de garantir que a Educação Física contemple a carga horária suficiente para alcançar e ou cumprir seus objetivos.

A Educação Física Escolar possibilita ao seu praticante, o direito de desprender-se das sobrecargas físicas e emocionais, adquiridas durante o dia, proporcionando-lhe a sensação de bem-estar tanto físico quanto emocional, ofertando-

Ihe também, com isso o benefício de um aprendizado menos árduo e mais eficaz, diminuindo assim as barreiras existentes no processo de ensino-aprendizagem (RISCIK, 2009, p.25).

Dessa forma, a Educação Física é uma disciplina que contribui para o desenvolvimento de habilidades e ou potencialidades tal qual vem influenciar diretamente na formação do aluno, onde por sua vez, aprendem a ter além de um relacionamento mais estreito e harmonioso em seu convívio social, bem como na escola, e ainda nas relações familiares.

Dentre as mudanças sofridas conforme a proposta curricular para o ensino médio, a disciplina Educação Física continua sendo obrigatória. O conteúdo será dividido em duas partes, sendo 60% para disciplinas comuns a todos, conforme a Base Curricular comum e 40% para que os alunos aprofundem seus conhecimentos na área de interesse, bem como entre as opções Linguagens, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Ensino Profissional. Vale dizer que a Educação Física está inserida na área de linguagens, assim como, a língua portuguesa e a língua estrangeira.

Atualmente a educação brasileira está diante de um novo modelo de ensino ou proposta no que se refere ao ensino médio, assim sendo, essa reformulação nos leva a pensar que o ensino médio sofreu uma crise de identidade e para tanto se faz necessário criar uma nova identidade ao mesmo.

Conforme Domingues, Toschi e Oliveira (2000, p.03), esta identidade deverá ser construída embasada em um conceito que entenda esse nível de ensino como aquele que “contempla a formação geral sólida e a preparação básica para o trabalho”. Havendo a necessidade de essa nova analogia ser construída pedagogicamente baseada em um currículo diversificado e flexível.

Citando Mitrulis (2002,p.218) ” o Ensino Médio ocupa lugar de destaque, entre os diferentes níveis de ensino, quando se considera o conjunto de transformações pelas quais vem passando recentemente o sistema educacional do país. ”As transformações em que o autor destaca são mínimas, diante dos obstáculos vivenciados pelos alunos, há várias questões ainda para ser discutidas para melhoria no âmbito escolar.

Aponta-se que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), apresentam a necessidade da organização do currículo, das situações de ensino-aprendizagem e procedimentos de avaliação do pretendido novo Ensino Médio, que vem explícito na Resolução CEB (Câmara de Educação Básica) n.º 15/ 98, seu artigo 3º, no qual se pauta na LDB nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em que diz que a mesma é organizada sob três consignas, a sensibilidade, igualdade e identidade.

Martins (2000 p.77) diz que, "no que se refere à Resolução 98 e aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), reverencia a superação da situação provocada pela Lei nº 5.692/71, em que regulamentava nos anos 60 e 70 a formação de especialistas capazes de dominar a utilização de maquinários ou de dirigir processos de produção, propondo para tal, a profissionalização compulsória, atendendo assim os interesses da revolução industrial".

De acordo com exposto acima, os desafios mudaram, haja vista que o volume de informações produzido em consequência das novas tecnologias tem sido constantemente superado, o que exige novos padrões de formação, por tanto, o objetivo principal do ensino médio deve ser a formação geral, em oposição à formação específica, de acordo com a rotatividade de informações e a permanente superação de paradigmas.

A Educação Física como disciplina implica na promoção da reflexão através do conhecimento sistematizado. Há um corpo de conhecimentos, um conjunto de práticas corporais e uma série de conceitos desenvolvidos pela Educação Física que devem ser assegurados. No segundo grau, promovendo discussões sobre as manifestações dessas práticas corporais como reflexos da sociedade em que vive, pensando criticamente seus valores, o que levará os alunos a compreenderem as possibilidades e necessidades de transformar ou não esses valores. (DARIDO, 1999).

Diante da reforma do ensino médio, é oportuno relatar que a disciplina Educação Física é de extrema importância para sociedade, uma vez que objetiva promover a saúde e ou qualidade de vida, assim sendo, é imprescindível ser ofertada todos os níveis de ensino. Entretanto a Educação Física é comum a todos e cuida do

bem essencial que é a saúde, dessa forma desse ser fomentada a pratica de atividade física.

Podemos perceber que, a Educação Física é fundamental para que os alunos desenvolvam habilidades e aprendam a lidar com valores, bem como habilidades indispensáveis para a vida em sociedade, no que tange a ganhar ou perder e a ter disciplina, trabalhar em equipe, ter persistência, raciocínio lógico, aprender a mediar conflitos, ou seja, a formação de um aluno integral, e por sua vez, este aluno integral vai além de passar várias horas em uma escola, pois, de acordo com a reforma o plano proposto, gradualmente, as escolas passarão a ser integrais, dessa forma os alunos passarão a ficar em torno de sete horas por dia na escola.

Vale ressaltar que, com reorganização curricular do ensino médio a disciplina Educação Física, continua obrigatória no atual currículo após a medida provisória, porém, somente após a definição da base nacional curricular comum é que as mudanças poderão ser observadas. No entanto, hoje todos os alunos do ensino médio devem cursar treze disciplinas em três anos, portanto de acordo com a mudança na estrutura curricular, parte da grade, ou seja, pelo menos um dos três anos da etapa será comum a todos.

Diante desse contexto, o novo currículo para o novo ensino médio será norteado pela Base Nacional Comum Curricular, obrigatória e comum a todas as escolas que atendem a educação básica (da educação infantil ao ensino médio). Portanto a Base Nacional Comum Curricular definirá as competências, bem como, os conhecimentos essenciais que deverão ser oferecidos aos alunos, abrangendo as quatro áreas do conhecimento e ainda todos os componentes curriculares do ensino médio definidos na LDB nº9.394/96 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Básica.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com os dados obtidos verificamos que a reforma visa flexibilizar os currículos escolares, bem como, ampliar a jornada e ainda suscitar o ensino profissionalizante, e em contrapartida buscar o fortalecimento do pacto federativo no que condiz à descentralização de decisões para os estados, estes que por sua vez,



serão de extrema importância quanto às decisões de currículo e organização do ensino médio.

Verificou-se ainda que, a disciplina Educação Física continua obrigatória, mas dependerá única e exclusivamente da Base Comum Curricular, uma vez que, no novo modelo de ensino, somente será obrigatória na primeira metade do curso e na outra, o aluno só irá cursar a disciplina se a mesma estiver dentro da especialização que ele escolher.

Assim sendo, não tem como dizer que a Educação Física não é importante como componente curricular, pois é uma disciplina que contribui bastante para a escola, no entanto, cabe ao professor criar meios e ou condições de aprendizagem adequadas às necessidades e aos anseios dos alunos, garantindo-lhes uma educação que propicie autonomia, criatividade, criticidade.

É oportuno perceber que ainda se fazem necessárias mais pesquisas e estudos sobre essa temática, pois estamos em um novo momento, sendo este de transformações, de construção de identidade aos estudos ao nível de ensino em questão, ao mesmo tempo onde se precisa garantir um caminho e ou trajetórias possíveis. Percebe-se ainda, que se fazem necessários analisar de forma minuciosa o impacto dessas políticas no sistema de ensino após a reforma.

Por fim, cabe ressaltar que, mudanças de paradigmas são necessárias, porém, é preciso entender como, em que contexto e de que forma elas acontecerão e até que ponto essas mudanças serão benéficas à sociedade. A realização deste trabalho nos permitiu expor algumas considerações relacionadas à Reforma do Ensino Médio e a disciplina Educação Física, e também mostrar como se encontra a organização da disciplina após a atual reforma.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – PCN – **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 2010.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Curricular Comum**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC>> Acesso em 28

de Agosto de 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 1996.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez.1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4024/61 | Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as Diretrizes e Base da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília 1961.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971. Estabelece as Diretrizes e Base da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília 1971.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.793, de 20 de Dezembro de 2003. Estabelece as Diretrizes e Base da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília 2003.

DARIDO, Suraya Cristina *et al.* **EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES E AÇÕES**. Rev. Motriz, vol. 5, nº 2, 1999.

DOMINGUES, José Juiz; TOSCHI, Nirza S.; OLIVEIRA, João F. de. A reforma do Ensino Médio: A nova formulação curricular e a realidade da escola pública. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v.21, n.º 70, abril/2000.

FOLHA DE SÃO PAULO. Matrícula no 2º grau dobra em 10 anos. 16 de maio de 1998. GUIMARÃES, A. A. *et al.* **Educação Física Escolar: Atitudes e Valores**. Artigo Científico, p. 17-22, 2001.

LEI Nº. 9.394/96. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 de Jul. de 2017.

MAIA, M.M.O E LIMA, P.R. **Educação Física no Ensino Médio: uma análise comparativa de aulas nos turnos matutino e noturno**. Artigo Científico, Revista Digital, Buenos Aires, Ano 15, Nº 148, 2010.

MARTINS, Angela M. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Avaliação de documento. **Cadernos de Pesquisa**, nº 109, p.67-87, março/2000.

MITRULIS, E. (2002). **“Ensaio de inovação do ensino médio”**. **Cadernos de Pesquisas**. São Paulo, n. 116, jul., pp. 217-243.

RISCIK, M. **Educação Física Escolar: conquistando seu espaço na educação de jovens e adultos**. Disponível em: <<http://www.meuartigo.brasilecola.com/educacaofisica/educacaofisica-escolar-conquistando-seu-espaco-na-.htm>>. Acesso em: 12 de Jul. 2017.